

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**O IMPACTO DO DEPARTAMENTO DE AUDITORIA
INTERNA NA UNICÂMBIO**

ANTÓNIO MONTEIRO MAGALHÃES

OUTUBRO 2022

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O IMPACTO DO DEPARTAMENTO DE AUDITORIA
INTERNA NA UNICÂMBIO

ANTÓNIO MONTEIRO MAGALHÃES

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA MARIA DE FÁTIMA CASTANHEIRA
CORTÊS DAMÁSIO GEADA

Resumo

No presente relatório de estágio, apresento a minha experiência pessoal como estagiário no departamento de auditoria interna na Unicâmbio, SA, empresa focada na troca de moeda (câmbios) e transferências internacionais de dinheiro. A Unicâmbio dispõe ainda de uma rede ampla de negócios noutras vertentes.

O presente relatório tem como objetivo principal confrontar a vertente teórica com a prática, com o determinado desenvolvimento nas respetivas componentes, de modo a compreendermos o impacto das componentes teóricas no exercício da profissão de auditor interno.

Foram utilizados os dados recolhidos ao longo do estágio para a avaliação dos critérios mencionados em cima. A principal fonte de informação foi a observação e a análise das funções a desenvolver como auditor interno. O estágio teve a duração de 9 meses, começando em outubro de 2021 e com término em julho de 2022, contando com 40 horas semanais em regime de *full-time*, as funções foram desempenhadas em diversos locais dependendo da auditoria em questão, com a sede da Unicâmbio a servir de sede do próprio departamento.

Os principais resultados deste relatório de estágio indicam que o departamento de auditoria interna apresenta uma função essencial de controlo interno, que permite aumentar a eficácia e eficiência dos processos, assim como amplifica o conhecimento e cumprimento das normas diretamente aplicáveis a cada ramo do negócio da Unicâmbio.

Palavras-chave: Auditoria interna, Controlo interno, Unicâmbio, Eficácia, Eficiência, Processos, Procedimentos.

Abstract

In this internship report, I present my personal experience as an intern in the internal audit department at Unicâmbio, SA. A Company focused on currency exchange and international money transfers. Unicâmbio also has a wide business network in other areas, which will be discussed later in this internship report.

The main objective of this report is to represent the last and final stage of the master's degree in which I find myself into, the master's degree in accounting, taxation and corporate finance at ISEG. The other objective of this report is to compare the theoretical aspect with the practice, with the specific development in the respective components, in order to understand the impact of the theoretical components in the exercise of the internal auditor profession.

The data collected during the internship were used to assess the criteria mentioned above. The main source of information was the observation and analysis of the functions to be performed as an internal auditor. The internship lasted 9 months, starting in October 2021 and ending in July 2022, with 40 hours per week on a full-time basis, the functions were performed in different locations depending on the audit in question, with the headquarters of Unicâmbio to serve as the headquarters of the department itself.

The main results of this internship report indicate that in this specific case, in the company where the internship took place, the internal audit department has an essential internal control function, which allows increasing the effectiveness and efficiency of processes, as well as amplifying knowledge and compliance with the rules directly applicable to each branch of Unicâmbio's business.

Keywords: Internal Audit, Internal Control, Unicambio, Applicable Standards, Effectiveness, Efficiency, Processes, Procedures.

Agradecimentos

Começo por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Fátima Geadá, por todo o apoio e recomendações que me foi dando ao longo deste período de desenvolvimento do relatório final de mestrado e pela sua disponibilidade.

Agradeço também a toda a equipa da Unicâmbio, SA, especialmente ao Dr. ° Vítor Paiva, diretor do departamento de auditoria interna da Unicâmbio, que sempre demonstrou o seu apoio durante o período de estágio e me acompanhou durante todo este processo.

Segue da minha parte também um agradecimento ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e a toda a sua estrutura e docentes que estiveram comigo e me acolheram nos últimos 5 anos, licenciatura e mestrado, um grande obrigado à melhor universidade do mundo.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram e acompanharam, que me motivaram e alegraram durante este período, especialmente aos meus pais e namorada, Inês Cruz, sem este apoio e motivação este relatório de estágio nunca teria existido.

A todos, o meu maior obrigado.

Índice

Índice	6
Índice de Figuras	6
Índice de Tabelas	6
Índice de Acrónimos.....	7
Capítulo I - Introdução	8
Capítulo II – Revisão de literatura.....	10
2.1 - A auditoria e a “semente” da auditoria interna	10
2.2 - Normas e enquadramento dos regulamentos da auditoria interna.....	14
2.3 - Processo de auditoria interna.....	15
2.4 - Código de ética.....	17
Capítulo III – Contextualização da empresa.....	20
3.1 - Apresentação da Unicâmbio.....	20
3.2 - Missão, visão e valores.....	21
3.3 - Organograma da empresa.....	21
3.4 - Caracterização do departamento e controlo interno.....	23
3.5 - Contextualização do mercado	24
Capítulo IV – Caracterização do estágio	25
4.1 - Integração no departamento de auditoria interna e funções	25
4.2 - Confronto entre a teoria e a prática e contextualização das funções.....	27
Capítulo V – Conclusões e considerações finais	30
5.1 - Conclusões	30
5.2 - Limitações	31
5.3 - Sugestões para trabalhos futuros	33
Referências Bibliográficas.....	34

Índice de Figuras

Figura 1 - Divisão do processo de auditoria por fases.....	15
Figura 2 – Organograma da Unicâmbio	22

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Código de Ética do IIA.....	19
--	----

Índice de Acrónimos

IIA - *The Institute of Internal Auditors*

IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna

Capítulo I - Introdução

O presente trabalho final de mestrado, apresentado como relatório de estágio, representa a última e complexa etapa do Mestrado em contabilidade, fiscalidade e finanças empresariais do Instituto Superior de Economia e Gestão. O estágio que deu origem a este trabalho foi realizado no departamento de auditoria interna da Unicâmbio, SA. O estágio mencionado foi realizado entre outubro de 2021 e julho de 2022.

Na atual situação financeira, social e económica que nos encontramos, o papel da auditoria interna ganha cada vez mais relevância, valor e utilidade para todos os envolvidos na dinâmica da auditoria interna. Encontramo-nos inseridos numa sociedade altamente burocrática e complexa, quer seja na perspetiva mais sociológica ou também económico-financeira. Para qualquer processo, contrato ou acordo é exigido um conjunto de elementos a desenvolver e a serem aprovados, desde contratações de novos funcionários, à abertura de um novo posto/sede.

Neste contexto, podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pela auditoria interna é de extrema importância para o controlo interno da empresa, assim como para a tomada de decisão dos órgãos de gestão da empresa. A auditoria interna participa também ativamente no aconselhamento nas tomadas de decisão das empresas, através de pareceres, análises dos riscos, e recomendações de melhoria. Isto porque o auditor conhece todos os processos da empresa, consegue então analisar a evolução, os procedimentos e os riscos de cada atividade da empresa. Por fim, o papel do auditor interno apresenta também uma extrema utilidade para os utilizadores das informações da própria empresa, pois credibiliza os resultados e processos da mesma por se tratar de um departamento independente que monitoriza todos os dias o funcionamento da empresa.

Contudo, um auditor numa empresa relacionada com o setor bancário tem dificuldades acrescidas, uma vez que a entidade reguladora deste setor é o Banco de Portugal, que impõe inúmeras regulamentações e pressões pois se trata de um setor financeiramente sensível e com uma elevada exposição ao risco de fraude principalmente, e mais recentemente também ao risco de financiamento ao terrorismo, para além dos riscos mencionados anteriormente. Este setor está exposto a um risco comum a muitos outros setores, o risco da fuga de informação pessoal dos seus clientes,

este é um risco que muito recentemente veio ser regulamentado pela União Europeia através de regulamentos muito exigentes para a proteção de dados dos clientes.

O presente relatório divide-se em quatro capítulos, que ao longos dos quais é pretendido demonstrar a relevância de auditoria interna no âmbito desta empresa ou setor empresarial. Este relatório é baseado nas normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna. O primeiro capítulo serve de componente teórica da auditoria interna, a revisão de literatura, em que será analisado brevemente a evolução histórica da auditoria interna e dos seus processos. No segundo capítulo é apresentada a organização, dispendo da sua evolução histórica, caracterização e organograma bem como a integração da empresa no setor onde está inserida. Já no terceiro capítulo, é efetuada uma relação entre a componente prática e teórica, a contextualização do estágio, a descrição das funções e atividades desenvolvidas no decurso do mesmo, e por fim, uma apreciação global do estágio. Em jeito de conclusão, é apresentado o quarto, e último capítulo do trabalho, que se enquadra precisamente nas conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

Capítulo II – Revisão de literatura

O presente capítulo tem como objetivo introduzir os conceitos chave da auditoria interna e a sua evolução histórica. Este capítulo serve como uma introdução da análise da auditoria interna propriamente dita, na medida em que apenas com este enquadramento teórico é possível compreender a complexidade, relevância e responsabilidade desta função.

2.1 - A auditoria e a “semente” da auditoria interna

A auditoria interna deriva de um conjunto de acontecimentos históricos que moldaram esta função até ao que conhecemos hoje. Mas então surge a questão, o que é a auditoria interna? Para que serve? E mais importante, quando e em que contexto “nasceu” a auditoria interna?

Começemos pelo conceito, *“o próprio conceito de auditoria tem evoluído com o decurso do tempo, refletindo não só as mutações operadas no desenvolvimento das organizações e na ponderação dos interesses em jogo, mas também os objetivos cada vez mais vastos que lhe têm vindo a ser fixados”* Contas, T (1992). Segundo o mesmo, *“a auditoria é um exame ou verificação das contas, da situação financeira e/ou da gestão, realizada por um auditor com vista à emissão de um parecer.”* À primeira vista, esta definição relembra o principal objetivo da auditoria externa, pois então qual a sua ligação com a auditoria interna? Com a evolução dos processos e procedimentos, a função de auditoria começou a expandir-se e a revelar uma vertente de análise e prevenção de risco, controlo interno, permitindo assim uma função mais preventiva e com o foco na melhoria contínua, a auditoria interna. Esta relação entre auditoria interna e externa é o que faz com que o departamento de auditoria interna seja bastante solicitado e útil nas tradicionais auditorias externas, pois no cerne da função, a auditoria interna é constante e diária, em contrapartida à auditoria externa, que se caracteriza por ser intensa, mas pontual. *“A Auditoria destina-se a verificar, de uma forma sistemática, a conformidade e o cumprimento dos procedimentos adotados e seguidos nas diversas áreas organizacionais de uma entidade com os respetivos regulamentos, critérios, leis,*

regras, políticas, etc., quer internos quer externos, que se encontrem estabelecidos e aprovado” Costa (2017).

Ou seja, a auditoria enquadra-se como uma ferramenta fiscalizadora e de controlo dos procedimentos e regras a cumprir, por esta razão, é uma profissão cada vez mais solicitada e valorizada nas empresas, pois esse controlo e fiscalização valida os procedimentos e funcionamento das empresas, algo altamente considerado pelos utilizadores das demonstrações financeiras. À parte dessa utilidade, a auditoria acaba por ajudar na fiscalização das próprias entidades reguladoras de cada setor empresarial, nesta empresa em específico, Unicâmbio, o departamento de auditoria interna era bastante solicitado pelo Banco de Portugal para efetuar *reportings* regulares das atividades e dos controlos internos da empresa, bem como apresentar garantias de que os procedimentos e regras gerais impostas pela entidade fiscalizadora estão a ser cumpridos.

Hiltz et al, (2004) afirmam que a auditoria é um processo de obtenção e avaliação objetiva de evidências, processo esse que se caracteriza por ser sistemático, estas obtenções de evidências são referentes às afirmações efetuadas pelos colaboradores sobre as dinâmicas económicas e as suas ações, com vista a verificação da correspondência entre as respetivas afirmações e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores dessa informação.

“O processo sistemático de objetivamente obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios preestabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados” Morais e Martins (2013). Após a apresentação destas definições e conceitos sobre a auditoria em geral, podemos concluir que existem vários pontos de convergência entre estes autores, sendo que um deles é o facto de os resultados da auditoria serem apresentados aos interessados, concluindo assim que a auditoria é um processo de divulgação e tratamento de informação, do início ao fim de cada auditoria, pois a mesma só se dá por encerrada após a divulgação dos resultados.

“Os auditores independentes, para o pleno desempenho da sua atividade, necessitavam de ter acesso a informações, documentos e ativos físicos, que os conduzissem ao conhecimento mais profundo e à análise das diferentes contas e

transações. Assim, foram designados quadros da própria organização para efetuarem essas auditorias, originando uma segmentação do mercado de auditoria independente (financeira), estando assim lançada a ‘semente’ da Auditoria Interna” Morais (2004). A relevância e utilidade da função de auditoria acabaram por se afirmar ao longo dos anos, o que levou a uma maior preocupação e atenção para esta função, começando então, várias empresas/entidades a optar por criar um departamento de controlo interno que permitisse uma “espécie” de auditoria permanente e exclusiva de cada empresa, a auditoria interna.

A auditoria interna *“desenvolve uma atividade independente, de apreciação objetiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar o funcionamento da organização, adotando uma visão integrada e abrangente”* Portugal, C. I. (2014). Para além disto a auditoria interna *“deve apoiar a organização na prossecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática, contribuindo para o aperfeiçoamento e modernização do seu funcionamento e, conseqüentemente, para a melhoria da eficácia dos processos de gestão do risco e controlo. A sua ação incide essencialmente sobre a eficácia e eficiência das operações e processos, conformidade legal, regulamentar e contratual, salvaguardando os interesses”* das partes interessadas. *“A auditoria interna procede à avaliação de riscos, identificando áreas que requeiram atenção especial, identificando problemas que careçam de solução e, a partir daí, propõe medidas com vista a ultrapassar as deficiências detetadas”* Portugal, C. I. (2014). Posto isto, é possível afirmar que a auditoria interna serve de apoio aos órgãos de gestão e às suas decisões, estas referências promovem a ideia do auditor interno como um profissional com conhecimento sobre todas as óticas de cada empresa/entidade e não apenas da área contabilística como originalmente surgiu. Concluindo assim afirmando que a auditoria interna surgiu da “emancipação” da auditoria como um todo e que se expandiu para todos os ramos da atividade empresarial.

Por fim, apresento uma enumeração dos procedimentos desenvolvidos nas funções dos auditores internos por (Ayedh et al., 2018):

1. Revisão da fiabilidade das informações financeiras e das operações e os métodos utilizados para a identificação, análise e resultados dessas informações;

2. Revisão dos sistemas tendo em consideração a garantia da conformidade com as normas, planeamentos, procedimentos, leis e regulamentos que podem impactar significativamente os processos, procedimentos e relatórios;
3. Revisão e análise do uso económico, ecológico, eficaz e eficiente dos recursos ao dispor da empresa;
4. Revisão e análise das operações/movimentos com a finalidade de ser efetuada uma verificação dos resultados e confirmar se os mesmos apresentam consistência com os objetivos e regulamentos existentes, fiscalização do progresso da aplicabilidade do planeamento;
5. Revisão de operações a pedido do Comité de Auditoria ou de qualquer instituição de fiscalização do setor, conforme apropriado;
6. Fiscalização e avaliação da eficácia do controlo internos dos processos da empresa e do seu sistema de gestão de riscos;
7. Revisão e análise do desempenho dos auditores externos, bem como a cooperação com os mesmos;
8. Revisão da declaração de auditoria interna dos órgãos de gestão da empresa no que diz respeito à opinião da auditoria, dos seus procedimentos e planeamento.

Em 1941, nos Estado Unidos da América, foi criado o *The Institute of Internal Auditors* (IIA), este instituto foi a base dos regulamentos que foram aprovados consequentemente e também a credibilizar a própria profissão. “Em 1947, surge pela primeira vez o «Statement of Responsibilities of Internal Auditor» do IIA, alargando o âmbito das auditorias para além das áreas económico-financeiras, estendendo-se às

áreas operacionais” Marçal e Marques (2011). As primeiras normas para a prática profissional de auditoria interna “*foram aprovadas em 1948, tendo sido revistas posteriormente em 1981, reforçando as responsabilidades do auditor interno dentro da organização*” Marçal e Marques (2011).

Depois de em 1982 na Europa ter surgido o *European Confederation of Institutes of Internal Auditing*, representação europeia da profissão de auditoria interna, (Morais e Martins, 2013) surgiu em Portugal o Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI), em 1992.

“*Nos últimos anos, o papel do auditor tem-se ampliado gradualmente, de tal forma que, hoje, podemos afirmar que contribui para que na maior parte dos casos, os erros sejam eliminados na origem em vez de virem a ser detetados posteriormente, bem como para um crescente grau de economia, eficiência e eficácia. O auditor de hoje não é só um técnico contabilístico, mas sobretudo um técnico conhecedor de sistemas e técnicas de organização*” Marçal e Marques (2011). Atualmente um auditor tem de ter uma grande versatilidade de funções e conhecimentos, para além do conhecimento contabilístico essencial, necessita também de possuir técnicas de análise e compreensão dos riscos de negócio, dinâmica da empresa e dos processos implementados.

2.2- Normas e enquadramento dos regulamentos da auditoria interna

Neste processo de evolução da auditoria interna, assim como com a auditoria em geral, de modo a garantir a fiabilidade, segurança e confiança nos dados analisados e nos resultados obtidos foi necessário a criação de normas, regras, diretrizes de guia ao desempenho da função.

Posto isto, as normas são os critérios que permitem a comparabilidade das auditorias ao longo do período, pois caso assim não fosse, não seria possível comparar resultados se os mesmos não possuem a mesma base analítica.

As normas servem também de orientação para a independência da auditoria, pois envolvem requisitos, características e procedimentos a realizar para o planeamento e execução da auditoria, bem como para a divulgação dos resultados.

Os objetivos das normas internacionais para a prática profissional da auditoria interna podem ser definidos segundo o Auditors, T. I. (2017) como:

1. *“Orientar a aderência com os elementos mandatórios da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais”;*
2. *“Fornecer uma estrutura para a execução e promoção de um amplo espectro de serviços de auditoria interna de valor agregado”;*
3. *“Estabelecer as bases para a avaliação de desempenho da auditoria interna”;*
4. *“Promover a melhoria dos processos e operações organizacionais”.*

2.3 - Processo de auditoria interna

O processo de auditoria interna pode ser definido como a ordem cronológica das tarefas a realizar no decurso de uma auditoria interna, cronologia essa que abrange todo o processo de auditoria, desde a sua fase preliminar ao relatório final.

Segundo Sawyer (1973), o processo de auditoria é constituído por:

- 1-Uma auditoria inicial;
- 2-Um período de análise e implementação de determinadas medidas no decurso da auditoria inicial;
- 3- Auditorias de seguimento (acompanhamento);

Por fim, este ciclo é encerrado, pelo auditor interno, quando as medidas escolhidas na auditoria inicial estiverem em prática e em funcionamento.



Figura 1 - Divisão do processo de auditoria por fases

A auditoria interna deverá ter início com o envio de uma carta da auditoria interna enviada pelo auditor, para o auditado, segundo (Sawyer, 1981). Nesta carta, o auditor interno remete a missão da auditoria e os seus objetivos, assim como as áreas alvo da auditoria, também é realizada uma reunião inicial entre as partes envolvidas para organizar os parâmetros da auditoria.

Na segunda etapa, dá-se o reconhecimento dos processos, o auditor analisa os processos internos e os seus riscos, decidindo assim os testes a realizar posteriormente, este reconhecimento de processos está inerente ao julgamento profissional do próprio auditor interno, na medida que as escolhas dos testes substantivos são baseadas na interpretação do auditor face aos processos observados.

Segue-se então, a etapa dos testes substantivos, estes testes são escolhidos e adaptados à realidade dos processos da etapa anterior e à sua aplicabilidade e materialidade, esta materialidade não está diretamente relacionada com a materialidade abordada na auditoria externa, mas a sua finalidade é a mesma, definir com base nos critérios, regulamentos e reconhecimento de processos, os testes a desenvolver.

Após a realização dos testes substantivos, com base nos resultados obtidos, é emitido o relatório preliminar, que se caracteriza por ser um relatório em “bruto” dos resultados a divulgar, contém as inconformidades encontradas nos testes e as recomendações e medidas que podem ser aplicadas em cada ocorrência, este relatório é apresentado e discutido com o órgão de administração e o auditado, de modo a decidirem quais as recomendações a implementar e os resultados a divulgar no relatório final.

Relatório final esse que é emitido com as devidas correções e modificações realizadas ao relatório preliminar, onde consta também os prazos de atuação e implementação das medidas, encerrando-se assim a auditoria.

Já com a auditoria encerrada, é relevante realizar o acompanhamento da implementação dessas medidas nos prazos definidos entre as partes, seguindo-se assim as auditorias de seguimento.

2.4 - Código de ética

O código de ética é um conjunto de normas e regulamentos para a boa prática da auditoria interna, serve de base a qualquer auditoria e promove um ambiente ético aquando das mesmas.

Foi criado em dezembro de 1968 pelo IIA, tendo sido posteriormente revisto em junho de 2000. Em Portugal, o código de ética foi traduzido e adaptado para a realidade nacional pelo IPAI. O seu incumprimento pode levar a sanções profissionais que podem condicionar as carreiras dos auditores, é, portanto, um elemento essencial para todos os auditores internos.

O código de auditoria está dividido em duas vertentes, os princípios de ética e as regras de conduta.

Princípios	Regras de conduta
<p>Integridade</p> <p>A integridade dos auditores internos gera confiança e, por conseguinte, proporciona o fundamento para confiar no seu julgamento.</p>	<p>Os auditores internos:</p> <p>Deverão executar o seu trabalho com honestidade, diligência e responsabilidade.</p> <p>Deverão respeitar as leis e divulgar o que se espera seja feito ao abrigo das leis e da profissão.</p> <p>Não deverão, em consciência, participar em atividade ilegais, ou em atos que desacreditem a profissão de auditoria interna ou a organização.</p> <p>Deverão respeitar e contribuir para os objetivos legítimos e éticos da organização.</p>

<p>Objetividade</p> <p>Os auditores internos manifestam o mais elevado grau de objetividade profissional ao coligirem, avaliarem e comunicarem a informação sobre a atividade ou processo em análise. Os auditores internos fazem uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e os seus julgamentos não são influenciados por interesses particulares e por opiniões alheias.</p>	<p>Os auditores internos:</p> <p>Não deverão participar em qualquer atividade ou manter uma relação que prejudique ou que se presume possa prejudicar o seu julgamento imparcial. A participação inclui atividades ou relações tais, que possam estar em conflito com os interesses da organização.</p> <p>Não deverão aceitar nada que possa prejudicar ou que se presume possa prejudicar o seu julgamento profissional.</p> <p>Divulgarão todos os factos materiais de que tenham conhecimento, os quais, a não serem divulgados, possam distorcer a informação das atividades em análise.</p>
<p>Confidencialidade</p> <p>Os auditores internos respeitam o valor e a propriedade da informação que recebem e não divulgam a informação sem a devida autorização, exceto em caso de obrigação legal ou profissional de o fazer.</p>	<p>Os auditores internos:</p> <p>Deverão ser prudentes na utilização e proteção da informação obtida no desempenho das suas atividades.</p> <p>Não deverão utilizar a informação para qualquer benefício próprio ou que de outra maneira estaria em desacordo com as leis ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização.</p>

<p>Competência</p> <p>Os auditores internos aplicam os conhecimentos, técnicas e experiência necessárias no desempenho dos serviços de auditoria interna.</p>	<p>Os auditores internos:</p> <p>Aceitarão apenas serviços para os quais disponham do necessário conhecimento, proficiência e experiência.</p> <p>Desempenharão os serviços de auditoria interna de acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.</p> <p>Deverão continuamente aperfeiçoar a sua proficiência e a eficiência e qualidade dos seus serviços.</p>
--	--

Tabela 1 – Código de Ética do IIA

Fonte: Tradução de IIA (IPAI, 2009)

Capítulo III – Contextualização da empresa

3.1 - Apresentação da Unicâmbio

A Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A. A Unicâmbio é a mais antiga empresa de câmbios de Portugal, fundada em 1992, conta atualmente com uma rede de 78 lojas em Portugal continental e também na Madeira, à parte disso está também presente em Angola, Marrocos e mais recentemente na Alemanha. O negócio original da empresa foi, como o seu nome indica, a troca de divisas (câmbios) sendo que foi inaugurado o primeiro balcão na zona do Algarve, pois se trata de uma zona altamente turística, sazonal, e com o público-alvo considerado perfeito para este tipo de negócio, ressaltar que na altura que o primeiro balcão foi inaugurado, 1992, não havia ainda a oportunidade da União Europeia implementar uma moeda única para os seus estados-membros, medida que aquando do seu planeamento e implementação gerou uma grande incerteza e dúvida sobre o negócio dos câmbios nos países membros da União Europeia e que aderiram à moeda única (Euro €) em 2002.. A Unicâmbio viveu uns períodos de incerteza sobre a viabilidade do negócio a longo prazo, e optou então por uma política de expansão geográfica do negócio e assim como o ampliar de áreas de negócio, de modo a não depender exclusivamente dos câmbios, área afetada com enorme incerteza e volatilidade acrescida no período de transição mencionado.

Assim sendo, a Unicâmbio expandiu o seu negócio para a transferência internacional de dinheiro, através da parceria com a Western Union, empresa altamente credibilizada internacionalmente pelo seu negócio de transferências internacionais de dinheiro. A Unicâmbio começou então, a realizar essas transferências nos seus balcões, recebendo comissões pelas mesmas, o que acabou por ser uma parte essencial do negócio anos mais tarde. Mais recentemente, a Unicâmbio expandiu o seu portfólio de negócios criando um cartão internacional que pode conter até 5 divisas diferentes (CHF, BRL, EUR, USD e GBP) e pode ser utilizado em qualquer parte do mundo, cartão que tem como público-alvo as pessoas que decidem viajar e precisam de um cartão que funcione fora de Portugal e que possa dispor de mais divisas sem ser o euro de maneira a usufruírem do mesmo cartão fora dos países que possuem a moeda única. Por fim, apenas à dois anos atrás (2020) a Unicâmbio expandiu o seu negócio para a compra de

Ouro, e exclusivamente compra, e ainda para empréstimos bancários, através de uma parceria com o banco *Banco Bilbao Vizcaya Argentaria*. Deste portfólio de negócios, os instrumentos mais relevantes são os câmbios e as transferências de dinheiro, contudo a compra de ouro é o que mais dá lucro, por transação. No negócio do ouro, o mesmo é vendido para fundição, uma vez que a Unicâmbio não vende ao público os artigos que compra.

3.2 - Missão, visão e valores

Missão: *“Desenvolver e disponibilizar produtos e soluções adequadas às necessidades dos clientes, com agilidade, criatividade, segurança e transparência”* Unicâmbio (2022). Esta é a missão da empresa, visa a abrangência das capacidades necessárias à prestação dos serviços em que a empresa se encontra inserida, para além da criatividade e agilidade, existe referência á segurança e transparência, critérios chave no negócio dos câmbios e transferências de dinheiro.

Visão: *“Crescer de maneira sustentável, oferecendo as melhores soluções aos clientes, de maneira segura e rentável, por meio da construção de relacionamentos éticos, transparentes e de longo prazo”* Unicâmbio (2022). A visão visa transmitir uma ideia de continuidade de negócio com os mesmos clientes, as transferências de dinheiro dependem da utilização regular do serviço por parte dos mesmos clientes.

Valores: *“Ética, Transparência, Profissionalismo, Qualidade, Inovação, Parceria e Respeito em todos os relacionamentos”* Unicâmbio (2022). Os valores caracterizam-se por referir elementos como a segurança do dinheiro e dos dados pessoais, vertentes cada vez mais valorizadas pelos clientes na atualidade.

3.3 - Organograma da empresa

O organograma da empresa caracteriza-se por ter uma estrutura repartida, o conselho de administração possui três membros, dos quais cada um desses

administradores é responsável por um conjunto de departamentos. Cada um dos departamentos responde e apresenta resultados diretamente ao seu administrador, sendo que, cada departamento dispõe ainda de um diretor para o mesmo, é da responsabilidade desse diretor, o reporte global do departamento.

Quanto ao departamento de auditoria interna e respetivo controlo interno, os mesmos encontram-se “isolados” sem reporte a nenhum dos administradores de modo a cumprir o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.o 3/2020, de 15 de julho, que visa a isenção, objetividade e independência dos departamentos de controlo interno da empresa.

Face à minha integração no organograma da empresa, o departamento de auditoria dispõe de um diretor, e neste caso, de um estagiário que responde diretamente ao diretor do departamento de auditoria interna. Durante o estágio, a minha integração passou por preencher essa posição de estagiário.



Figura 2 – Organograma da Unicâmbio

Fonte: Unicâmbio, SA.

3.4 - Caracterização do departamento e controlo interno

O departamento de auditoria interna, como mencionado anteriormente, apenas possuía dois elementos, o diretor do departamento e eu, o estagiário no mesmo, sendo então um departamento pequeno, com os recursos humanos limitados. A empresa conta com cerca de 200 colaboradores sendo que cerca de 60 colaboradores desempenham as suas funções na sede da mesma, incluindo o departamento de auditoria interna.

A Unicâmbio conta ainda com mais dois departamentos de controlo interno, o departamento de *compliance* e o departamento de gestão de risco, sendo que estes dois departamentos desempenham as suas funções em coexistência com o departamento de auditoria interna.

O departamento de auditoria interna desempenha funções de fiscalização, monitorização, recomendação e também de consultoria interna. Face aos procedimentos implementados, a auditoria certifica-se que os mesmos estão a ser cumpridos e se encontram em conformidade, quer seja com as normas obrigatórias externas, quer seja com os objetivos atuais da empresa. Encontram-se implementados procedimentos para os balcões (foco do negócio) e para os departamentos da sede. Os procedimentos para os balcões, são criados, desenvolvidos e aprovados pelo conselho de administração ou pelos próprios departamentos da sede, sendo que neste segundo caso a aprovação dos mesmos continua a ser do conselho de administração. Para os procedimentos aplicados aos departamentos da sede, o processo é o mesmo, cabe ao departamento de auditoria a responsabilidade de fiscalizar o processo de implementação dos procedimentos, emitindo recomendações para a revisão ou alteração dos mesmos quando os riscos entendidos pela auditoria interna assim o justifiquem. Posto isto, é ainda solicitado ao departamento de auditoria interna, funções de apoio, na implementação de novos procedimentos ou análise de processos.

3.5 - Contextualização do mercado

A Unicâmbio enquadra-se no setor financeiro devido ao portfólio de negócios já abordados, tem como órgão fiscalizador o Banco de Portugal, que exige à auditoria interna, relatórios e pareceres regulares sobre as mais variadas matérias fiscalizadas pelo mesmo. É, por isso, um setor altamente regulamentado e normalizado, onde existe pouca margem de não cumprimento das normas impostas, é também, um setor altamente competitivo e complexo, devido à sua natureza. Contudo, a Unicâmbio é a líder e mais antiga empresa neste setor financeiro, os principais concorrentes são bastante diversificados, no negócio dos câmbios os principais concorrentes são as outras agências de troca de moeda e nas transferências internacionais de dinheiro os principais concorrentes são os bancos. Já na compra de ouro, o mercado apresenta diferenças no público-alvo, lucros e concorrentes, sendo que os principais concorrentes são as ourivesarias e outras agências de compra de ouro. No geral, é um setor altamente competitivo e versátil, os clientes na maior parte das situações de transferências de dinheiro são frequentes e realizam transações regulares, já nas trocas de moeda, os clientes são em grande maioria novos clientes, que por motivos de viagens internacionais precisam de realizar a troca de moeda, a mesma “rotatividade” de clientes acontece na compra de ouro.

Capítulo IV – Caracterização do estágio

4.1 - Integração no departamento de auditoria interna e funções

Quando o estágio começou, rapidamente entendi a dinâmica do departamento onde estava inserido, o departamento era constituído por duas pessoas, o diretor do mesmo, e eu. O diretor do departamento era responsável por tudo o que liga as funções dos auditores internos à direção da empresa, sendo ele mesmo um elemento da direção da própria empresa. Era também responsável por implementar os processos de auditoria interna em Portugal e nos restantes países onde a Unicâmbio atua, principalmente na Alemanha, que é o país que tem lucros mais avultados e dispõe de cerca de 30 balcões, sendo assim o país com mais balcões, à exceção de Portugal. A minha função, passou principalmente por fiscalizar e garantir que os processos de auditoria interna estavam em funcionamento e a serem respeitados pelos seus intervenientes. Passava a maior parte do tempo em balcões da empresa, de Norte a Sul do país, auditei todos os balcões de Portugal continental, esporadicamente realizei também auditorias aos departamentos da empresa, na sede da mesma, nomeadamente ao departamento financeiro, recursos humanos e controlo de gestão, no momento que o estágio terminou, encontrava-me a realizar auditoria ao departamento de infraestruturas e logística.

Em relação às funções especificamente falando, eu tinha duas vertentes gerais das auditorias, auditar os balcões da empresa, e auditar os departamentos da mesma. O processo dessas auditorias operacionais, passava muito por verificar uma *check-list* geral dos procedimentos, normas e processos que cada balcão deveria cumprir de modo a encontrar-se totalmente em conformidade. Na *check-list* encontrava diversas vertentes de análise dos balcões, como por exemplo a confirmação dos saldos de caixa do balcão, verificação do arquivo de modo a garantir o cumprimento das normas de acondicionamento dos mesmos, situações relacionadas com os recursos humanos, infraestruturas, entre outras. Nos casos em que eu identificava deficiências face à lista geral de requisitos, a mesma era devidamente reportada ao departamento a qual era afetada a determinada deficiência, ou seja, nos casos em que as contagens físicas das existências dos valores em caixa não correspondiam aos valores em sistema informática, a situação era reportada ao departamento financeiro, e por aí ia o processo. De um ponto

de vista global, todas as deficiências eram reportadas ao conselho de administração, a quem seguia o relatório final e global da auditoria a cada balcão, que posteriormente aprovava o relatório e acompanhava o processo de resolução das respetivas deficiências.

Para além da vertente mencionada anteriormente, existia uma segunda vertente geral nas funções desempenhadas durante o estágio, as auditorias aos departamentos da empresa, executadas na própria sede, em Lisboa. Esta vertente consistia em preparar, executar e acompanhar, auditorias aos serviços centrais. Durante o período do estágio foram auditados três departamentos, departamento financeiro, departamento de recursos humanos e departamento de controlo de gestão. As responsabilidades e funções gerais serão abordadas mais à frente aquando do confronto com o enquadramento teórico. A auditoria ao departamento financeiro foi o primeiro departamento a ser auditado no período do estágio, estive envolvido em todo o processo, não só como acompanhamento, mas principalmente como principal desenvolvedor da própria auditoria. Realizei entrevistas, desenvolvi testes assim como os apliquei e construí o próprio relatório, tanto o preliminar como o final, sendo que os mesmos eram aprovados pelo diretor do departamento de auditoria interna, antes de qualquer reunião. O mesmo processo seguiu-se para as restantes auditorias aos serviços centrais mencionadas. A observação foi de extrema relevância em todo o processo das auditorias, tanto nas entrevistas como no acompanhamento das funções regulares de cada departamento, foram detetadas várias deficiências ao longo das auditorias, que posteriormente seriam acompanhadas até à sua resolução. Estas responsabilidades permitiram que o meu conhecimento sobre todo o negócio e dinâmica empresarial da empresa em questão aumenta-se de maneira abrupta, que foi algo que aprendi ao longo desta experiência, que os auditores internos devem ter conhecimento geral e complexo sobre todas as atividades, processos, procedimentos e normal funcionamento da Unicâmbio, assim como a persecução dos seus objetivos.

4.2 – Confronto entre a teoria e a prática e contextualização das funções

De um modo geral, os processos adotados pelo departamento visam analisar um conjunto de vertentes com o objetivo de testar a eficácia e utilidade dos processos internos com vista a emitir um parecer (Contas, T, 1992). Para além do mencionado anteriormente, o departamento de auditoria interna, analisa os procedimentos implementados, de modo a confirmar o cumprimento das leis e normas implementadas, quer internamente ou externamente (Costa, 2017). De modo a testar os referidos processos e procedimentos, é necessário criar mecanismos de controlo interno que permitam avaliar com fiabilidade e objetividade os mesmos, posto isto, para a análise de alguma situação, a mesma só se encontrava devidamente controlada se fossem encontradas evidências que corroborassem essas mesmas situações. Contudo, as evidências obrigatoriamente tinham de possuir um formato geral e facilmente reconhecível por parte dos auditores internos, de modo a validar a veracidade da mesma, após o processo de validação da prova, a mesma serviria de base de qualquer deficiência nos procedimentos ou nos processos (Hiltz et al, 2004).

Após a identificação de qualquer deficiência, a mesma tem de ser corrigida, de modo a evitar riscos para o normal funcionamento da empresa. Estes riscos são analisados através de testes que podem assumir variadíssimas formas desde que cumpram os requisitos do departamento para serem considerados testes válidos, os testes são universais e obrigatoriamente são utilizados em situações que apresentam a mesma natureza de risco, sendo que a sensibilidade do mesmo depende da materialidade da deficiência (Morais e Martins, 2013).

De qualquer das formas, de modo a obter prova suficiente como mencionado em cima, os auditores precisam de ter acesso a certas informações e dados que em circunstâncias gerais podem ser confidenciais e restritos, contudo, assim como explicado, os auditores precisam dessa informação pois caso contrário não conseguem desempenhar as suas atividades normalmente. Estas informações podem passar por relatórios dos departamentos auditados, procedimentos entre outras informações específicas dos departamentos, como contratos, acordos, parcerias, entre outros. (Morais 2004).

Em relação ao processo das auditorias, as mesmas baseiam-se em (Sawyer, 1973) sendo que, a cada departamento auditado é agendada uma reunião inicial para apresentação da proposta de auditoria e dos objetivos pretendidos com a mesma, antes da reunião acontecer, o departamento de auditoria interna prepara um documento *word* com os objetivos da auditoria, informações iniciais que são gerais a quase todos os departamentos e ainda uma sensibilização dos processos que vão ocorrer aquando da mesma. Segue-se então uma pré aprovação da auditoria por parte do departamento, a partir desse momento, o departamento compromete-se a fornecer todas as informações necessárias para o bom funcionamento da auditoria. Após este processo a equipa de auditoria prepara um pedido de elementos para o departamento auditado, este pedido de elementos contempla alguns elementos transversais a todas as auditorias, mas também, outros específicos consoante a materialidade das particularidades auditadas e a própria estrutura do departamento. Assim que o pedido de elementos é fechado, ou seja, quando se recebe a informação necessária base da auditoria, começa o processo do desenvolvimento dos testes substantivos a realizar, os mesmos podem apresentar várias formas e conceitos diferentes dependente da situação (Sawyer, 1981).

Consoante o resultado dos testes, é desenvolvido e emitido um parecer inicial, o relatório preliminar (Sawyer, 1981). Este relatório é apresentado ao departamento auditado através de uma reunião, assim como na reunião preliminar, a equipa de auditoria prepara um documento *word* com os pontos a abordar e discutir acerca do relatório preliminar, no relatório preliminar são definidas as principais deficiências onde apenas para a equipa de auditoria são anexadas notas sobre a relevância das mesmas, sendo que deste modo, aquando a reunião, a equipa de auditoria sabe de antemão quais os pontos que podem ser mais “frágeis” e que poderão ter de sair do relatório.

Após esta reunião, a equipa de auditoria chega a um acordo acerca das deficiências, prioridade das mesmas e data de resolução. Sendo assim, é emitido um relatório final, já com todas as alterações e correções feitas. O mesmo é apresentado ao departamento auditado e ao conselho de administração, o conselho de administração aprova e assina o relatório final e a partir daí a auditoria dá-se por encerrada, pelo menos durante um período. Pois dependentemente das datas aprovadas para resolução o departamento e auditoria interna volta a abrir o processo de auditoria para fiscalização

das recomendações aplicadas, caso a situação se encontre resolvida, a auditoria avalia se a resolução resolveu eficazmente o risco ou se criou novos riscos, se for esse o caso, é reavaliada a situação e emitida nova recomendação com novas datas de resolução, dando-se assim uma auditoria de acompanhamento permanente, se a deficiência estiver devidamente resolvida sem a existência de novos ou mais agravados riscos, essa deficiência é encerrada (Sawyer, 1981). Esta auditoria de acompanhamento é encerrada assim que todas as deficiências se encontram resolvidas e posteriormente é criada outra auditoria inicial, ou de raiz, para a observação de novos riscos ou situações que prejudiquem a persecução dos objetivos da empresa. Para cada departamento auditado, este processo repete-se, obviamente com as devidas adaptações para o contexto de cada departamento.

Aquando das auditorias, o departamento de auditoria e toda a sua equipa regem-se pelos critérios e normas externas impostas e pelo código de ética aplicável (IPAI, 2009).

Como referido anteriormente, este processo de auditoria, foi criado, desenvolvido e revisto, pelo departamento de auditoria interna, tendo como base as regras, normas e leis aplicáveis ao departamento. Estas normas e regras têm como objetivo normalizar e regularizar a atividade da auditoria interna, sendo que cria um processo minimamente uniforme entre os departamentos de auditoria interna de cada empresa (IIA, 2017).

Capítulo V – Conclusões e considerações finais

5.1 - Conclusões

Assim como referi anteriormente, a experiência no estágio foi geralmente agradável e proveitosa. Considero que estive inserido num departamento de reduzida dimensão e então algo debilitado, contudo, não deixou de apresentar as suas vantagens. No que diz respeito às funções desempenhadas, as mesmas contribuíram para uma evolução gradual do controlo interno da Unicâmbio. No decorrer das auditorias foram identificadas várias inconformidades, quer seja com as normas aplicáveis, mas também nos procedimentos e funcionamento de cada departamento ou balcão auditado. Em jeito de conclusão, posso afirmar que o departamento de auditoria interna é de extrema relevância para a Unicâmbio, após as análises e acompanhamentos que foram realizados, as diferenças nos processos e no cumprimento das normas eram notáveis, em algumas situações os departamentos ou balcões auditados apresentavam bastantes inconformidades, e após as auditorias de acompanhamento, foi possível confirmar que melhoraram imenso, não só no cumprimento das próprias normas, mas também na eficácia e eficiência dos processos e ainda no conhecimento das próprias normas, pois a falta de conhecimento das normas era algo bastante comum na dinâmica interna da empresa.

Posto isto, as auditorias tinham também um papel relevante na disseminação do conhecimento das normas e dos manuais internos da Unicâmbio. A informação sobre as normas e o seu conhecimento, é normalmente, um requisito obrigatório para qualquer função ou profissão, contudo, na prática tal não acontece, efetivando assim o papel da auditoria interna nessa sensibilização para as normas. No início do meu estágio quando as primeiras auditorias operacionais começaram a ser realizadas, cada balcão tinha em média cinco ou seis inconformidades, algumas dessas inconformidades referentes a incumprimento de normas ou de processos a funcionar com deficiências. Após o desempenho das funções já mencionadas, ao longo do estágio a média de inconformidades baixou significativamente, sendo que quando terminou o estágio, a média situava-se em duas ou três deficiências por balcão, espelhando assim o impacto das auditorias operacionais. Em relação às auditorias aos serviços centrais, esta média

não era possível ser feita pois os departamentos não são totalmente equiparáveis, devido às suas especificidades. Contudo, eram utilizados outros métodos de análise do impacto das auditorias nos departamentos, como rácios de produtividade e eficiência, que também subiram consideravelmente no decurso do estágio.

Os impactos das auditorias eram reconhecidos por toda a empresa e em específico o conselho de administração, que recorrentemente solicitava a intervenção da equipa de auditoria interna em situações de risco assim como para desempenhar também funções de consultoria. Pois a Unicâmbio está em constante desenvolvimento, quer seja o aumento do número de balcões, mas também a expansão do portfólio de negócios da empresa, e sendo assim, o departamento de auditoria interna era bastante solicitado para aconselhar e avaliar os riscos das decisões do conselho de administração.

Em suma, afirmo que pude presenciar o impacto do departamento de auditoria interna nesta empresa, e mais do que isso, ser responsável pelo mesmo, compreendo a relevância deste departamento em qualquer empresa com dimensões justificativas da criação do mesmo, traduzindo-se os principais resultados em aumentos da produtividade, eficácia, cumprimento das normas e melhor gestão de todos os recursos analisados e alvos de auditoria.

5.2 – Limitações

No decorrer deste estágio e por consequência, no relatório de estágio, encontrei algumas limitações, práticas e também teóricas, as quais vou abordar brevemente neste subtópico.

Em primeira instância, assim como referi algumas vezes neste relatório de estágio, o departamento de auditoria interna da Unicâmbio é um departamento que contava apenas com duas pessoas, o diretor do departamento, e eu, e como é que essa situação pode tornar-se uma limitação? Pois bem, a Unicâmbio conta com mais de 200 funcionários e mais de 80 balcões espalhados por Portugal continental que tinham de ser auditados. Assim sendo, a empresa dispõe de apenas duas pessoas para as auditorias a esses balcões, que por si só já envolvem deslocações consideráveis, mas o departamento

de auditoria interna estava ainda condicionado pelo facto de precisar de auditar também os departamentos da sede. Aliado a esta situação, encontra-se o facto de que na componente prática das funções, o departamento não dispunha realmente de duas pessoas, dispunha apenas de uma, pois o diretor do departamento não realizava auditorias operacionais, pois estava focado nas funções de consultoria solicitadas ao departamento, igualmente relevante, contudo, acabou por ser uma grande limitação nas funções neste aspeto.

Em segunda instância, o departamento de auditoria interna carecia de procedimentos bem definidos e explícitos, o departamento foi fundado à apenas um ano e três meses, o que acabou por significar que não haviam processos definidos para as tarefas a desempenhar, ao longo do estágio essa situação foi sendo resolvida na medida em que eu criava alguns controlos e procedimentos base para o normal funcionamento das atividades do departamento, sendo que os mesmos necessitavam sempre da aprovação do diretor do departamento de auditoria interna. Significando isto, que as próprias funções que eu desempenhei no estágio, eram criadas ou desenvolvidas por mim, o que acaba por ter uma vertente positiva, pois era necessário uma grande responsabilidade e rigor para resolver estas questões, contudo, foi sem dúvida uma grande limitação na execução das minhas funções.

Do ponto de vista mais teórico, as limitações que encontrei foram no âmbito da revisão de literatura e organização da ordem de trabalhos para a realização deste relatório de estágio. Desta limitação da organização de ordem de trabalhos, a principal dificuldade foi sem dúvida conciliar o tempo do estágio com o tempo necessário para a realização deste relatório, pois como o estágio se caracterizava por ter um regime de *full-time*, acabou por ter uma enorme influência na gestão do tempo que tinha disponível para as restantes tarefas de desenvolvimento deste relatório de estágio.

De qualquer modo, as limitações não condicionaram o relatório de estágio e o mesmo encontra-se realizado com todo o rigor, esforço e coerência que consegui implementar no mesmo.

5.3 - Sugestões para trabalhos futuros

Considerando a continuação de investigações nesta área e relatórios de estágio, surgem algumas sugestões ou recomendações para os mesmos. A primeira sugestão vai de encontro ao impacto do departamento de auditoria interna nas organizações/entidades, impacto quantificável, pois um dos pontos mais relevantes deste relatório é sem dúvida a dimensão do impacto das medidas e controlos internos deste departamento na Unicâmbio especificamente, contudo, para além de ser uma amostra extremamente restrita, é exclusiva da empresa em questão, é também um impacto não quantificável neste caso, pois não foram desenvolvidos rácios ou testes de análise ao impacto das medidas e recomendações postas em prática em virtude do aconselhamento do departamento de auditoria interna. Posto isto, seria relevante, um futuro estudo ou análise, sobre o impacto das medidas de recomendações dos departamentos de auditoria interna das entidades quando as mesmas são implementadas, com uma base comparativa fiável para quando as mesmas não são implementadas, com o objetivo de obter uma base estatística analítica fidedigna para desenvolver e executar os rácios de eficácia e eficiência dos departamentos de auditoria interna das entidades em Portugal.

Como segunda e última sugestão, afirmo que um estudo sobre os impactos das normas internacionais impostas pelo IIA nos departamentos de auditoria interna em Portugal, terá uma elevada relevância na compreensão da efetividade das mesmas nas entidades portuguesas ou a operar em Portugal, pois de acordo com a minha experiência, o impacto das normas internacionais é um impacto teórico, sustentando assim a minha recomendação de um estudo sobre os efeitos das normas internacionais para a auditoria interna impostas pelo IIA nos departamentos de auditoria interna a operar em Portugal.

Referências Bibliográficas

- Auditors, T. I. (2017). *Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas)*. Obtido de The Institute of Internal Auditors: <https://na.theiia.org/translations/PublicDocuments/IPPF-Standards-2017-Portuguese.pdf>
- Ayedh, A. M., Mahdawi, S. M., & & Khairi, K. F. (2018). *The Effectiveness of Internal Audit*. Obtido de ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/326675351_The_Effectiveness_of_Internal_Audit
- Contas, T. d. (1992). *Manual de auditoria e procedimentos*. Obtido de https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/Manual_vol1.pdf
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática*. Rei dos Livros.
- Costa, C. B. (2017). *Auditoria financeira*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Hiltz, S. R., Turoff, M., Chumer, M. J., Kogan, A., Klashner, R., Alles, M. ..., & Kogan, A. (2004). *Assuring homeland security: Continuous monitoring, control & assurance of emergency preparedness*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/228530616_Assuring_homeland_security_Continuous_monitoring_control_assurance_of_emergency_preparedness
- IPAI. (2009). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*. Obtido de IPAI: https://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf

Lima, P. N. (2014). *O impacto da auditoria interna no desempenho organizacional*.

Obtido de

https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5478/1/DM_PedroLima_2014.pdf

Marçal, N., & Marques, F. (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno*. Sílabo.

Morais, G. (2004). *Como emerge a Auditoria Interna nas Pequenas e Médias empresas, em Portugal*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra - ISCAC.

Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna – Função e Processo, 4ª*. Áreas Editora.

Portugal, B. d. (2020). *Aviso do Banco de Portugal n.o 3/2020*. Obtido de Banco de Portugal: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/cartas-circulares/418078835_5.docx.pdf

Portugal, C. I. (2014). *Manual da Auditoria Interna*. Obtido de Camões Instituto de Coperação e da Língua Portugal: https://www.instituto-camoes.pt/images/transparencia/Manual_Auditoria_Interna.pdf

Sawyer, L. (1988). *Sawyer's Internal Auditing*. California: The Institute of internal Auditors.

Unicâmbio, S. (2022). *Quem Somos*. Obtido de Unicâmbio: <https://www.unicambio.pt/pt/editorial/quem-somos/>